

Governo restringe acesso de CAC's a arma e munição

Um limite na sanha armamentista dos CACs

Decreto assinado pelo presidente Lula restringe a compra de armas por caçadores, atiradores esportivos e colecionadores, em resposta à flexibilização feita pela gestão Bolsonaro. O controle dos equipamentos passará do Exército para a Polícia Federal

» VICTOR CORREIA

O governo federal endureceu as regras para compra e uso de armas. O decreto assinado, ontem, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva...

O decreto é o cumprimento de uma promessa de Lula, após o governo Bolsonaro flexibilizar o acesso da população a armas de fogo. As novas medidas freiam a farrá de compras desses equipamentos por parte de CACs...

Além disso, não haverá mais o chamado porte de trânsito, que permitia aos CACs andarem com a arma carregada de casa para o clube de tiro...

Outro ponto do decreto é a diminuição da validade do registro das armas: de 10 anos para cinco ou três anos, a depender do caso...

Em discurso no Palácio do Planalto, Lula frisou que o decreto desfaz a flexibilização promovida pelo então presidente Jair Bolsonaro. "Uma coisa é um cidadão ter uma arma em casa, de proteção e garantia, porque tem gente que acha que ter arma em casa é segurança. Que a tenha, mas a gente não pode permitir que tenha um arsenal de armas na casa das pessoas", declarou.

Segundo Lula, o governo não tem informações de que as armas vendidas foram apenas para "pessoas honestas, decentes", já que não houve controle nos últimos anos. "É por isso que a

gente vai continuar lutando por um país desarmado. Quem tem que estar armado é a polícia brasileira, são as Forças Armadas. O que nós temos de baixar é o preço dos livros", ressaltou.

Recompra

Em coletiva de imprensa logo após o evento, o ministro Flávio Dino afirmou que o governo optou pelo caminho do "convencimento", e não vai recolher, pelo menos em um primeiro momento, as armas que não se enquadram nas novas regras. Até o fim do ano, será lançado um programa de recompra voluntário, com orçamento previsto de R\$ 100 milhões.

"Vamos trabalhar agora nessa portaria, fixando, mais ou menos, os valores para que seja atrativa essa recompra. Os armamentos recolhidos serão destinados às polícias e às guardas municipais. É uma forma de também fortalecer a capacidade de resposta das polícias", pontuou.

Quem tiver adquirido armas nas regras anteriores e extrapolou o limite máximo estabelecido no concreto não precisará devolver, mas ficará impedido de comprar novas peças. Dino, porém, não descartou que o governo tome medidas mais enérgicas no futuro. "Temos um caminho progressivo e de persuasão. Podemos mudar isso mais adiante, mas não haverá essa obrigatoriedade", enfatizou.

Questionado sobre as novas regras para clubes de tiros, o ministro explicou que tanto os estabelecimentos quanto os CACs terão a fiscalização bastante reforçada, por determinação, inclusive, do Tribunal de Contas da União (TCU). "O que aconteceu é que tem muita atividade ilegal disfarçada nesse conjunto. Ou seja, existem, na sua imensa maioria, clubes de tiro certos, que funcionam de acordo com a lei. Mas dezenas funcionam como fachadas, por exemplo, para o tráfico de armas", disse.

O Instituto Sou da Paz elogiou as medidas do governo. "O decreto representa mais um passo na retomada de parâmetros responsáveis e de segurança jurídica no controle de armamentos no Brasil", afirmou, em nota. "O Instituto Sou da Paz e o Instituto Igarapé, que trabalham juntos para deter a política armamentista adotada pelo governo anterior — durante o qual o acervo de armas particulares dobrou para quase três milhões de unidades —, acreditam que a nova norma é fundamental para a reversão desse quadro", acrescentou.

Principais pontos

Veja o que diz o novo decreto

- CONTROLE: A fiscalização de armas e munições, hoje feita pelo Exército, passará gradualmente para a Polícia Federal.
USO RESTRITO: Pistolas nos calibres 9mm, .40 e .45 ACP voltarão a ser de uso exclusivo das forças de segurança...
REDUÇÃO DO LIMITE DE ARMAS E MUNIÇÕES: Defesa pessoal (cidadão comum): Até 50 munições, por arma, ao ano.
Caçadores excepcionais: Até 500 munições, por arma, ao ano.
Colecionadores: Uma arma de cada modelo, tipo, marca, variante, calibre e procedência.
Atiradores esportivos (os níveis foram retomados): Atirador Nível 1: Definição: oito treinamentos ou competições em clube de tiro...
Atirador Nível 2: Definição: nove treinamentos em clube de tiro e quatro competições...
Atirador Nível 3: Definição: 20 treinamentos em clube de tiro e seis competições...
TRANSPORTE: O transporte de armas por CACs dependerá da emissão de uma guia de trânsito...
DURAÇÃO DO REGISTRO: Guia de 10 anos para cinco ou três anos, a depender do caso.
CLUBES DE TIRO: Limite de funcionamento das 6h às 22h, e não podem funcionar 24h por dia.

Ataques a escolas

Além do novo decreto sobre armas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Justiça, Flávio Dino, assinaram, ontem, outras medidas voltadas à segurança pública.

O governo resolveu adiantar os repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) aos estados, no valor de R\$ 1 bilhão. O montante se soma aos R\$ 2 bilhões já disponíveis no fundo.

Ainda para os estados, serão repassados R\$ 170 milhões para o Programa Escola Segura, destinado a reforçar a segurança nas instituições de ensino, após a onda de ataques que deixou mortos. O governo também enviará um Projeto de Lei (PL) ao Congresso Nacional para tornar ataques às escolas crimes hediondos, que têm pena de 12 a 30 anos de prisão, sem fiança, indulto ou anistia.

"Do jeito que está hoje, se a vítima em um ataque a escola é uma criança de 11 anos de idade, é crime hediondo. Mas se ela tem 15, mais de 14, não é. Isso não tem cabimento, e é algo que estamos mudando", explicou Dino, em entrevista coletiva.

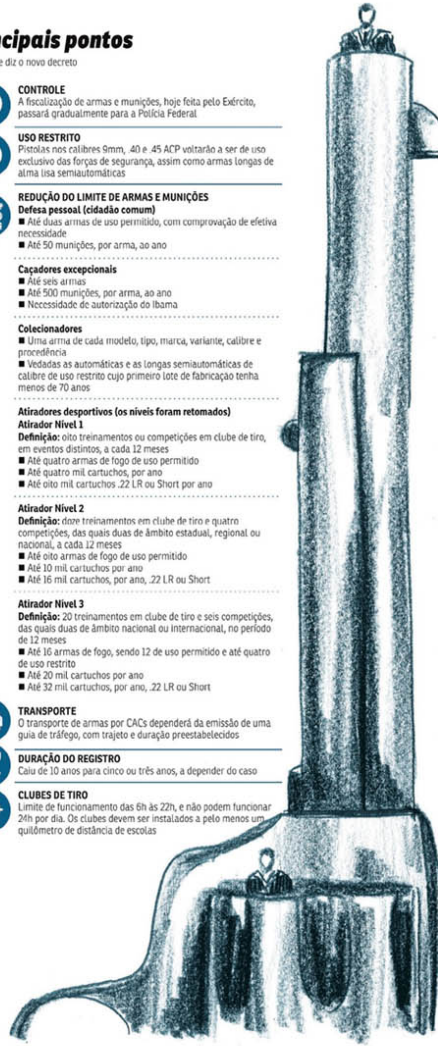
Outros projetos de lei que serão enviados ao Congresso têm como alvo os atos antidemocráticos. O governo quer autorizar a apreensão de bens, bloqueio de contas bancárias e ativos financeiros nos casos de crimes contra o Estado Democrático de Direito, além de aumentar as penas para delitos do tipo. A reclusão pode variar de seis a 12 anos para quem organizar e liderar movimentos antidemocráticos, até 20 a 40 anos, para crimes que atentem contra a vida dos presidentes da República, Câmara, Senado, o vice-presidente da República, ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e o Procurador-Geral da República (leia mais na página 5).

O governo anunciou ainda um plano de reforço na segurança para a região da Amazônia Legal, com investimento de R\$ 2 bilhões (veja reportagem na página 6).

Cultura

O Ministério da Justiça também anunciou a publicação de um edital de chamamento público para seleção de projetos e manifestações culturais em territórios com alto índice de violência e vulnerabilidade social. O chamamento será feito no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci 2).

O edital foi um dos pontos destacados por Dino, durante a cerimônia. "Esse edital sobre a cultura tem o dever de ser como as mães e os pais das periferias deste país, que não desistem dos seus filhos. O Estado brasileiro não pode ser menos do que as famílias do povo mais pobre, simples e humilde", enfatizou. "Temos de chegar perto das pessoas que precisam, e a cultura é uma forma de disputar com o mundo do crime, a juventude brasileira", argumentou o ministro. (VC, com Agência Brasil)



Saiba mais

Controle com a Polícia Federal

A normalização e fiscalização de CACs e clubes de tiro eram responsabilidade do Exército. Agora, o registro, a fiscalização e a definição de normas passam a ser da Polícia Federal. Esse foi um dos principais impasses na reformulação das regras, só resolvido na véspera da assinatura do decreto. A migração de responsabilidades ocorrerá a partir de um termo de cooperação entre

os ministérios da Defesa e da Justiça e Segurança Pública. O ministro da Justiça, Flávio Dino, explicou que a mudança deve levar até seis meses. "Envolve, em primeiro lugar, um prazo para que haja a migração progressiva de algumas competências do Exército para a PF mediante acordo de cooperação. Isso se deve, sobretudo, à fiscalização. Esse prazo está previsto que seja de 180 dias", informou (veja reportagem na página 4).

Ricardo Stuckert/SPR



A gente vai continuar lutando por um país desarmado. Quem tem que estar armado é a polícia, são as Forças Armadas. O que nós temos de baixar é o preço dos livros"

Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da República

